

PROJETO BÁSICO

- ORIENTAÇÕES GERAIS -

- REFORMA DO CENTRO CULTURAL BASILEU FRANÇA -

Recurso oriundo de Transferência Especial do Estado de Goiás

Emenda nº 878 – Processo SEI nº 202500005013809

JATAÍ – GO
2026

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores investidos por cada fonte de recurso	15
Tabela 2 - Composição de prazos para a execução contratual	23
Tabela 3 - Quantidade mínima para comprovação de execução.....	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Local de execução da obra.....	25
Quadro 2 - Serviço para comprovação de qualificação técnico operacional e profissional	33

SUMÁRIO

REFERÊNCIA	5
1. APRESENTAÇÃO	5
1.1. Da definição do tipo de atividade (obra ou serviço de engenharia).....	5
1.2. Da definição do tipo de obra (comum ou especial)	7
1.3. Do Processo	9
2. DO OBJETO	10
3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	10
4. DA ESTIMATIVA DE VALOR.....	12
4.1. Da metodologia de custos estimados	12
4.2. Da aplicação do Benefício de Despesas Indiretas (BDI)	13
4.3. Dos recursos financeiros	14
4.3.1. Da Transferência Especial	15
4.4. Da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	17
4.4.1. Do reajustamento em sentido estrito	17
4.4.2. Do realinhamento.....	20
5. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA OBRA	22
5.10. Do local de execução da obra	24
5.11. Do horário de execução dos serviços.....	25
6. DA CONTRATAÇÃO	25
7. APRESENTAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S).....	26
8. DA VISTORIA.....	28
9. DA HABILITAÇÃO	30
9.1. Da habilitação jurídica.....	30
9.2. Da qualificação técnica.....	30
9.2.7. Da qualificação técnico-operacional	31

9.2.8. Da qualificação técnico-profissional.....	32
10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	36
11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	40
12. DAS MEDIÇÕES.....	42
13. DO PAGAMENTO	44
14. DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO	47
15. DA SUBCONTRATAÇÃO	47
16. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO	49
17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	50
18. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E DA SUSTENTABILIDADE	50
19. DA ACESSIBILIDADE E ATRIBUIÇÕES DIVERSAS.....	52
20. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS	53
21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	54
22. DO RECEBIMENTO DA OBRA.....	55
23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	56

REFERÊNCIA

Processo Administrativo de referência
16.628/2026

Documento de Formalização da Demanda
DFD nº 018/2026/SMOPU

Demandante

Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº 009/2026/SMOPU

Solução escolhida/ Objeto

Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução da reforma do Centro Cultural Basileu França, no Município de Jataí/GO, compreendendo serviços de cobertura, drenagem pluvial e reparos em elementos construtivos, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e demais insumos, com recursos provenientes de Transferência Especial do Estado de Goiás, vinculada à Emenda nº 878, no âmbito do Processo SEI nº 202500005013809, conforme Plano de Trabalho aprovado.

1. APRESENTAÇÃO

Com base nos fundamentos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, este Projeto Básico e seus anexos visam fornecer elementos e subsídios que viabilizem a contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de reforma do Centro Cultural Basileu França.

1.1. Da definição do tipo de atividade (obra ou serviço de engenharia)

A Lei Federal nº 14.133, de 2021, elucida quanto as definições e particularidades atribuídas aos conceitos de obra e serviços de engenharia, conforme segue:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

*XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que **implica intervenção no meio ambiente** por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que **inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel**; (grifo próprio)*

[...]

*XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, **não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo,** são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados [...]*". (grifo próprio)

Assim, a descrição do objeto, consistente na **execução de reforma do Centro Cultural Basileu França, localizado no Município de Jataí/GO**, mediante a substituição integral da cobertura existente, incluindo remoção do telhado atual e instalação de telhas metálicas termoacústicas, bem como a execução de novos elementos de captação e condução de águas pluviais (calhas e rufos), substituição de forros danificados e tratamento de patologias construtivas (trincas e fissuras em alvenaria), com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, ferramentas, encargos, mobilização/desmobilização e demais insumos necessários, caracteriza intervenção relevante e integrada em bem imóvel público destinado à promoção da política cultural.

A solução projetada contempla a execução de serviços típicos de obra civil, tais como demolições controladas de elementos existentes (cobertura, forros e dispositivos pluviais), instalação de novo sistema de cobertura com telhas termoacústicas tipo sanduíche, execução de sistemas de drenagem pluvial (calhas, rufos, tubulações e dispositivos complementares), recomposição de forros em EPS, bem como a recuperação de elementos construtivos deteriorados, incluindo tratamento de fissuras e trincas em alvenarias, conforme especificações técnicas do projeto e memorial descritivo.

Trata-se de intervenção que, embora não implique ampliação de área construída, **promove alteração substancial das características físicas e funcionais da edificação existente**, especialmente no que se refere à estanqueidade, durabilidade, segurança e habitabilidade do imóvel, comprometidas pelas infiltrações e degradações identificadas.

A execução dessas intervenções envolve um conjunto harmônico de ações técnicas interdependentes, cuja entrega final se materializa na requalificação da cobertura e dos

elementos construtivos associados, assegurando o restabelecimento das condições adequadas de uso do equipamento público cultural. Destaca-se que os serviços possuem caráter estrutural e permanente, com impacto direto na conservação do patrimônio público, na continuidade das atividades culturais e na segurança dos usuários.

Nessa perspectiva, ainda que se trate de reforma, a natureza dos serviços ultrapassa a mera manutenção rotineira ou corretiva simples, configurando intervenção de engenharia com repercussão relevante sobre as características originais do bem imóvel, sobretudo quanto à substituição integral de sistemas construtivos essenciais (cobertura e drenagem pluvial) e à recuperação de elementos degradados.

Diante do exposto, à luz do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, **conclui-se que o objeto em análise se enquadra como obra**, por implicar intervenção técnica relevante e permanente em edificação pública existente, com alteração substancial de seus sistemas construtivos e melhoria de seu desempenho funcional, voltada à preservação do patrimônio público e à garantia da adequada prestação dos serviços culturais à população do Município de Jataí/GO.

1.2. Da definição do tipo de obra (comum ou especial)

Com base na análise da Nota Técnica IBR 001/2021-R2025 (IBRAOP) e nos elementos técnicos constantes do Estudo Técnico Preliminar, projetos, memorial descritivo e demais documentos que instruem o processo, a **reforma do Centro Cultural Basileu França**, no Município de Jataí/GO, **classifica-se como obra comum de engenharia**.

A Nota Técnica do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP conceitua obra comum como aquela de baixa ou média complexidade técnica, com reduzido grau de incerteza na execução, cujo desempenho e qualidade podem ser adequadamente definidos por meio de especificações usuais, com emprego de métodos construtivos e materiais

amplamente disponíveis no mercado. Tais critérios mostram-se plenamente atendidos no caso em análise.

Os serviços previstos no objeto consistem, essencialmente, na substituição integral do sistema de cobertura existente, incluindo remoção de telhas deterioradas, instalação de telhas metálicas termoacústicas tipo sanduíche, execução de novos rufos e calhas, adequação do sistema de drenagem pluvial, substituição de forros em EPS danificados e tratamento de trincas e fissuras em alvenaria.

Tais intervenções correspondem a **soluções correntes e consolidadas da engenharia civil**, amplamente dominadas pelo setor da construção, não envolvendo tecnologias de domínio restrito, métodos executivos inovadores ou sistemas construtivos de alta complexidade. Trata-se de serviços padronizáveis, com possibilidade de descrição objetiva por meio de projetos, memoriais e especificações técnicas, permitindo a adequada definição do objeto e a mensuração precisa dos quantitativos.

Adicionalmente, observa-se que a execução dos serviços não demanda interdependência sistêmica complexa, tampouco envolve riscos técnicos elevados ou condicionantes excepcionais, sendo compatível com a atuação de empresas de engenharia com experiência regular em obras de reforma e manutenção predial. Nesse contexto, o objeto é plenamente exequível por um universo amplo de licitantes, especialmente empresas do ramo da construção civil com atuação local e regional.

Sob o ponto de vista técnico-operacional, não se verifica a necessidade de expertise altamente especializada, tecnologias exclusivas ou estrutura operacional extraordinária para o atendimento dos requisitos de desempenho, qualidade e segurança exigidos, o que reforça o enquadramento como obra comum e contribui para a ampliação da competitividade do certame.

Ademais, a intervenção proposta, embora relevante para a preservação do imóvel e continuidade das atividades culturais, possui escopo bem delimitado, com soluções técnicas

convencionais e amplamente difundidas, não se enquadrando nas hipóteses de obra especial, as quais, conforme diretrizes do IBRAOP, caracterizam-se por elevada complexidade técnica, inovação significativa, riscos acentuados ou necessidade de soluções não padronizadas.

Por fim, considerando a natureza dos serviços, a possibilidade de definição objetiva do objeto, a utilização de métodos e materiais usuais, bem como a ampla disponibilidade de fornecedores aptos à execução, conclui-se que a futura contratação se enquadra como **obra comum de engenharia**, aplicando-se, quanto aos prazos mínimos para apresentação de propostas, o disposto na alínea “a” do inciso II do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, *in verbis*:

“Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

[...]

II - no caso de serviços e obras:

a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;” (grifo próprio)

Ressalta-se que a classificação como obra comum não afasta a necessidade de rigor técnico na execução, devendo ser observadas integralmente as especificações constantes dos projetos, memoriais e normas técnicas aplicáveis.

1.3. Do Processo

A presente contratação observará o regime jurídico estabelecido pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, e será processada por meio da modalidade **concorrência**, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço**, em consonância com a natureza do objeto e com sua classificação como obra comum de engenharia.

2. DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa de engenharia para execução da obra de reforma do Centro Cultural Basileu França, localizado no Município de Jataí/GO, consistindo na substituição integral do sistema de cobertura da edificação, com remoção do telhado existente e instalação de telhas metálicas termoacústicas, execução de novos rufos e calhas, adequação do sistema de drenagem pluvial, substituição de forros em EPS danificados e realização de reparos em trincas e fissuras em elementos de alvenaria, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, ferramentas, encargos, mobilização/desmobilização e demais insumos necessários à completa execução do objeto, em estrita conformidade com as especificações técnicas, projetos, memoriais descritivos e quantitativos constantes nos documentos que integram este Projeto Básico.

A execução dar-se-á de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada por preço unitário, conforme condições estabelecidas neste Projeto Básico e demais peças técnicas do processo e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente demanda justifica-se pela necessidade de requalificação e recuperação das condições físicas e funcionais do Centro Cultural Basileu França, diante do avançado estado de deterioração de elementos essenciais da edificação, especialmente do sistema de cobertura, o qual apresenta infiltrações, goteiras e comprometimento de sua estanqueidade, impactando diretamente a segurança dos usuários, a durabilidade da edificação e a continuidade das atividades culturais, configurando situação que demanda intervenção para preservação do interesse público.

O Centro Cultural Basileu França constitui importante equipamento público voltado à promoção da cultura, da arte e da integração social no Município de Jataí/GO, sendo

utilizado regularmente para a realização de oficinas, apresentações, exposições, cursos e demais atividades culturais, atendendo público diversificado, incluindo estudantes, artistas, professores, agentes culturais e a população em geral.

Nesse contexto, as patologias construtivas identificadas, especialmente aquelas relacionadas à cobertura da edificação, têm ocasionado infiltrações recorrentes, comprometendo elementos construtivos, forros, instalações internas, mobiliários e equipamentos públicos, além de representar risco à integridade física dos usuários e servidores. Tal situação, além de prejudicar a adequada prestação dos serviços culturais, pode ocasionar a interrupção das atividades e a deterioração progressiva do patrimônio público, caso não sejam adotadas medidas corretivas estruturadas.

A intervenção proposta, consistente na substituição integral da cobertura, com instalação de telhas metálicas termoacústicas, execução de novos sistemas de captação e drenagem de águas pluviais (calhas e rufos), substituição de forros danificados e tratamento de trincas e fissuras em alvenaria, visa restabelecer as condições adequadas de uso, segurança, conforto e durabilidade da edificação, garantindo a continuidade das atividades culturais e a preservação do patrimônio público municipal.

Ressalta-se que a presente contratação encontra respaldo no dever do Poder Público de assegurar condições adequadas para o exercício dos direitos culturais, conforme previsto no art. 215 da Constituição Federal, bem como nas diretrizes do Plano Municipal de Cultura, que prevê a requalificação e modernização dos espaços culturais existentes como estratégia de fortalecimento das políticas públicas culturais no âmbito local.

Adicionalmente, a intervenção atende aos princípios da eficiência, economicidade e preservação do patrimônio público, na medida em que atua de forma preventiva e corretiva sobre problemas estruturais já identificados, evitando a evolução das patologias, o aumento dos custos futuros de manutenção e eventuais danos mais severos à edificação.

Dessa forma, a contratação configura-se como medida de **relevante interesse público**, necessária à preservação do patrimônio público, à segurança dos usuários, à continuidade das atividades culturais desenvolvidas no local e à adequada fruição do equipamento público pela coletividade, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4. DA ESTIMATIVA DE VALOR

O valor estimado para o certame é da ordem **R\$ 190.266,17 (cento e noventa mil, duzentos e sessenta e seis reais e dezessete centavos)**, conforme as planilhas orçamentárias.

4.1. Da metodologia de custos estimados

A estimativa de custos da presente contratação foi elaborada com base nos quantitativos de serviços levantados a partir dos projetos técnicos, memorial descritivo e demais documentos que integram o presente processo, observando-se rigorosamente os princípios da precisão orçamentária, da transparência e da economicidade.

Para a composição dos custos unitários e do valor global da obra, foram adotadas, como referência principal, as tabelas oficiais de custos de obras públicas, notadamente **SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil)**, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, complementadas, quando necessário, por outras bases reconhecidas, tais como **ORSE, CPOS/CDHU e AGETOP CIVIL/GOINFRA**, garantindo maior aderência às especificidades regionais e à natureza dos serviços.

Nos casos em que não foram identificadas composições compatíveis nas bases oficiais, ou quando necessário para melhor refletir as condições reais de mercado, foram realizadas cotações junto a fornecedores e empresas do ramo, devidamente documentadas, de modo a assegurar a fidedignidade dos preços adotados e a compatibilidade com os valores praticados no mercado.

Destaca-se que os custos estimados contemplam todos os insumos necessários à execução integral do objeto, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais, custos indiretos e demais despesas inerentes à execução da obra, conforme detalhamento constante nas planilhas orçamentárias integrantes do processo.

Adicionalmente, a metodologia adotada considerou a utilização de composições de custos atualizadas, com **data-base agosto de 2025**, conforme declaração constante nos autos, bem como a aplicação de BDI adequado à natureza da contratação, assegurando a consistência técnica e a viabilidade econômico-financeira da futura contratação.

Dessa forma, a estimativa orçamentária apresenta-se tecnicamente fundamentada, metodologicamente consistente e compatível com os parâmetros de mercado, atendendo aos requisitos legais e às boas práticas de engenharia de custos aplicáveis às contratações públicas.

4.2. Da aplicação do Benefício de Despesas Indiretas (BDI)

- 4.2.1.** As composições de custos unitários adotadas na elaboração do orçamento contemplam, de forma incorporada, todos os encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre a mão de obra, bem como os encargos complementares, em conformidade com as metodologias das tabelas de referência utilizadas, especialmente o SINAPI, garantindo a adequada formação do custo direto da obra.
- 4.2.2.** O Benefício e Despesas Indiretas (BDI) aplicado à presente contratação foi fixado em 25% (vinte e cinco por cento), conforme demonstrado em planilha específica constante dos autos do processo, tendo sido estruturado de acordo com a natureza da obra, considerando os componentes usuais, tais como: administração central, riscos, seguros, garantias, despesas financeiras, tributos incidentes e margem de lucro.
- 4.2.3.** A definição do BDI observou parâmetros técnicos compatíveis com obras de natureza semelhante, bem como as boas práticas de engenharia de custos e

referenciais adotados por órgãos de controle, de modo a assegurar a exequibilidade contratual, a modicidade dos preços e o equilíbrio econômico-financeiro da futura contratação.

4.2.4. Ressalta-se que não se aplica BDI diferenciado (reduzido) para fornecimento de materiais ou equipamentos isolados, uma vez que o objeto constitui obra de engenharia executada em regime de empreitada, com fornecimento integrado de materiais e serviços, caracterizando solução técnica indivisível, nos termos da legislação vigente e das orientações dos órgãos de controle.

4.2.5. O percentual de BDI adotado encontra-se devidamente justificado em planilha específica constante dos autos, considerando a natureza da contratação, os tributos incidentes, riscos, despesas indiretas e margem de remuneração, em conformidade com as boas práticas de engenharia de custos.

4.3. Dos recursos financeiros

As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas **com recursos oriundos do Estado de Goiás, por meio de Transferência Especial**, formalizada no âmbito do Processo nº 202500005013809, conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado, **bem como por recursos próprios do Município de Jataí, a título de contrapartida financeira.**

A Transferência Especial encontra-se vinculada à Secretaria de Estado de Relações Institucionais – SERINT/GO, destinada especificamente à execução de ações voltadas à reforma do Centro Cultural Basileu França, nos termos do objeto pactuado, observando-se as diretrizes legais aplicáveis e os instrumentos de controle e prestação de contas pertinentes.

Os recursos financeiros estão devidamente assegurados e vinculados à execução do objeto, garantindo a viabilidade orçamentária e financeira da contratação, em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal, do planejamento e da eficiência previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o detalhamento das classificações orçamentárias, dos elementos de despesa, das fontes de recurso e das respectivas dotações constará dos atos formais de empenho e do instrumento contratual, conforme informações a serem lançadas pelas unidades competentes, observada a prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Os valores destinados por cada fonte de recurso estão demonstrados na Tabela 1, a seguir:

Fonte	Recurso
Estado de Goiás (Secretaria de Estado de Relações Institucionais SERINT/GO)	R\$ 100.000,00
Município de Jataí	R\$ 90.266,17

Tabela 1 - Valores investidos por cada fonte de recurso

Dessa forma, evidencia-se que a presente contratação possui lastro financeiro devidamente comprovado, com definição clara das fontes de custeio e compatibilidade com o objeto pactuado, atendendo aos requisitos legais e assegurando a regularidade da execução orçamentária e financeira.

Ressalta-se que a execução da despesa observará a regular disponibilidade orçamentária e financeira, bem como as normas de execução orçamentária e financeira vigentes.

4.3.1. Da Transferência Especial

Para a execução do objeto deste Projeto Básico, o Município de Jataí contará com recursos provenientes do Estado de Goiás, no âmbito do Processo nº 202500005013809, operacionalizados na modalidade Transferência Especial, popularmente conhecida como “Emenda PIX”, caracterizada pelo repasse direto à conta do ente federado beneficiado.

Essa modalidade decorre de previsão constitucional e apresenta sistemática distinta das transferências voluntárias tradicionais (convênios e instrumentos congêneres). No âmbito do Estado de Goiás, a Emenda Constitucional Estadual nº 72, de 8 de junho de 2022,

inseriu o art. 111-A na Constituição Estadual, estabelecendo que os recursos oriundos de emendas individuais impositivas poderão ser repassados diretamente aos Municípios, independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, passando a integrar o patrimônio do ente beneficiado no momento da efetiva transferência financeira.

No plano federal, a mesma sistemática foi introduzida pelo art. 166-A da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019, que igualmente prevê a transferência especial como repasse direto, desvinculado de convênios, porém sujeito à adequada vinculação orçamentária, controle e prestação de contas.

Diante desse arcabouço constitucional, justifica-se a inexistência de convênio ou termo de compromisso no âmbito do referido processo, uma vez que se trata de Transferência Especial, cujo repasse ocorre de forma direta e simplificada, sem prejuízo da observância obrigatória dos princípios da legalidade, transparência, rastreabilidade e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

Ressalta-se que, embora dispensada a formalização de instrumento congênere, os recursos permanecem vinculados ao objeto pactuado — reforma do Centro Cultural Basileu França — devendo sua execução observar estritamente o Plano de Trabalho aprovado, bem como as normas de execução orçamentária, financeira e de controle aplicáveis.

Por fim, para fins de instrução processual, controle interno e conferência pelas unidades competentes, encontram-se anexos aos autos os documentos comprobatórios da transferência, incluindo o Extrato da Transferência Especial e o respectivo Plano de Trabalho, os quais subsidiam o adequado registro contábil, a programação orçamentária e o acompanhamento da execução físico-financeira do objeto, observadas as exigências de transparência, controle e prestação de contas perante os órgãos competentes.



4.4. Da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato

Para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê as seguintes formas de alteração dos preços contratuais:

- a)** reajustamento em sentido estrito, conforme inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- b)** repactuação, conforme inciso LIX do art. 6º e art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- c)** realinhamento, conforme alínea “d”, inciso II, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Na presente contratação não será admitida a repactuação, pois não se tratam de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra.

Assim, poderá ser realizado o reajustamento em sentido estrito e o realinhamento, não ficando adstritos exclusivamente a aumentos, devendo a **contratada** apresentar à SMOPU as eventuais reduções de preços advindos de reajuste ou de realinhamento.

Qualquer solicitação de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá ser apresentada durante a sua vigência contratual.

Ressalta-se, por fim, que a Administração deverá zelar pela manutenção da vantajosidade da contratação, verificando, sempre que necessário, a compatibilidade dos preços contratados com os praticados no mercado, nos termos da legislação aplicável.

4.4.1. Do reajustamento em sentido estrito

4.4.1.1. Considera-se reajustamento em sentido estrito, ou simplesmente reajustamento, a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato consistente na aplicação de índice de correção monetária previamente

estabelecido, com a finalidade de recompor a variação efetiva dos custos de produção, nos termos do inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.1.2. Para fins de reajustamento, consideram-se os seguintes critérios:

- a) Índice de reajustamento:** Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- b) Data-base:** agosto de 2025 (data do orçamento estimado);
- c) Período:** a cada 12 (doze) meses;

4.4.1.3. Os preços apresentados pela licitante vencedora serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data-base. Após esse período (ou seja, a partir do aniversário da data-base do orçamento), os mesmos poderão ser reajustados para cobrir alterações no custo dos insumos na mesma proporção da variação prevista no Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), mediante aplicação da seguinte expressão matemática:

$$R = \frac{L_i - L_0}{L_0} \cdot V$$

Onde **R** é o valor do reajustamento por item (R\$), **L_i** é o Índice de reajustamento correspondente ao mês de aniversário da data-base do orçamento (%), **L₀** é o Índice de reajustamento correspondente ao mês da data-base do orçamento (%) e **V** é o valor do saldo contratual a ser reajustado (R\$).

4.4.1.4. A **contratada** é a responsável por apresentar a solicitação de reajuste à **contratante**, devendo apresentar, no mínimo:

- a)** o percentual a ser aplicado, devendo ser embasado no item 4.4.1.3 deste Projeto Básico;

- b) a medição acumulada dos serviços executados, com a devida assinatura do responsável técnico da empresa contratada, em caso de obras e serviços de engenharia, e do fiscal do contrato;
- c) a planilha orçamentária com a indicação do saldo quantitativo e financeiro, anterior à aplicação de reajustamento, para todos os itens/serviços contratados;
- d) a planilha orçamentária, em formato editável (exemplo: .xls ou .xlsx) e não editável (exemplo: .pdf), que apresente a memória de cálculo do reajustamento efetuado e demonstre os novos preços unitários e o novo valor total do contrato, **devendo demonstrar, ainda, quando for o caso, a compatibilidade do período pleiteado com a execução contratual e que eventual atraso na execução não decorreu de culpa exclusiva da contratada, quando esse aspecto for relevante para a análise do pedido;**

- 4.4.1.5. Não serão aceitos reajustes para serviços em que haja atrasos por culpa exclusiva da **contratada**, tomando como referência o planejamento aprovado pela **fiscalização/ gestão** quando do início da execução.
- 4.4.1.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **contratante** pagará à **contratada** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 4.4.1.7. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 4.4.1.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

- 4.4.1.9.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, sobre estrita observância ao item 4.4.1.5.
- 4.4.1.10.** A formalização da alteração dos preços dos contratos decorrente de reajustamento será realizada por meio de simples apostila, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 4.4.2. Do realinhamento**
- 4.4.2.1.** Considera-se realinhamento a forma de manutenção do equilíbrio econômico financeiro de contrato, utilizada em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, conforme previsto na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 4.4.2.2.** O realinhamento deve ser apresentado de forma individualizada para cada item, serviço ou insumo que tenha sido efetivamente impactado pelo fato gerador do desequilíbrio, sendo vedada a aplicação de índice sobre o valor global do contrato.
- 4.4.2.3.** Destaca-se que a simples variação dos preços divulgados nos sistemas de custos referenciais (SINAPI, SICRO, GOINFRA, entre outras) não autoriza a formalização de realinhamento.
- 4.4.2.4.** Os preços dos itens, dos serviços ou dos insumos do contrato que tiverem sido objeto de realinhamento terão suas datas-bases atualizadas à data do fato gerador do desequilíbrio.
- 4.4.2.5.** O realinhamento deve ser aplicado quando a execução de obras e serviços de engenharia for obstada por circunstâncias alheias à **contratada**, em conformidade com o § 2º do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4.2.6. A **contratada** é a responsável por apresentar eventual solicitação de realinhamento à **contratante**, devendo juntar, no mínimo:

- a) demonstração do fato gerador do desequilíbrio de forma que fique comprovado o caráter extraordinário do pleito, devendo ser apresentado de forma individualizada para cada item, serviço ou insumo;
- b) indicação da data a partir da qual pretende-se aplicar o realinhamento, podendo ser indicadas datas diferentes em caso de o pedido abarcar mais de um item, serviço ou insumo;
- c) comprovação do novo valor para cada item, serviço ou insumo a ser realinhado, que demonstre a elevada evolução dos preços no mercado;
- d) planilha orçamentária com a indicação do saldo quantitativo e financeiro, anterior à aplicação de realinhamento, para cada item, serviço ou insumo a ser alterado;
- e) planilha orçamentária, em formato editável (exemplo: .xls ou .xlsx) e não editável (exemplo: .pdf), acompanhada da memória de cálculo de cada item, do serviço ou do insumo a ser realinhado, que demonstre os novos preços unitários e o novo valor total do contrato.

4.4.2.7. A solicitação da contratada será avaliada pelo fiscal do contrato, ou por outro profissional devidamente capacitado, devendo apresentar manifestação técnica observando, dentre outros aspectos, se:

- a) o fato gerador do desequilíbrio se amolda aos previstos no § 2º do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- b) a alteração de preços não poderia ser abarcada por um reajuste, nas hipóteses em que seja possível a sua realização.

4.4.2.8. Ademais, na análise dos pedidos de realinhamento não deve ser avaliada a preservação da margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é

capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

- 4.4.2.9.** Somente haverá revisão de valor quando o motivo for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples mudança de fornecedor ou de distribuidora por parte da contratada.

5. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA OBRA

- 5.1. A licitante deverá apresentar seu cronograma físico-financeiro juntamente à proposta**, baseando-se no modelo adotado pela contratante nos documentos técnicos presentes nos autos da fase preparatória do processo licitatório (cronograma físico-financeiro), devendo respeitar o prazo global estabelecido, admitindo-se apenas ajustes de compatibilização técnica, sem alteração do prazo total da obra.
- 5.1.1.** O referido documento será submetido à aprovação pela fiscalização.
- 5.2. Caberá à contratante emitir a Ordem de Serviço em até 30 (trinta) dias após o firmamento do contrato.**
- 5.2.1.** O prazo estipulado para a emissão da Ordem de Serviço poderá ser prorrogado pelo Município, mediante casos imprevistos.
- 5.3. Os serviços deverão ser iniciados em até 30 (trinta) dias**, após o recebimento da ordem de serviço (O.S) emitida pela contratante.
- 5.3.1.** O descumprimento injustificado do prazo de início poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do instrumento contratual.
- 5.4. O prazo para execução da obra será de até 30 (trinta) dias**, contados a partir do efetivo início dos serviços, conforme cronograma físico-financeiro aprovado, compatível com a natureza dos serviços de reforma previstos no objeto.

- 5.4.1.** O prazo poderá ser ajustado mediante justificativa técnica devidamente aprovada pela fiscalização, observados os limites legais.
- 5.4.2.** A recusa da contratada em assinar a Ordem de Serviços (OS), ou ainda, por qualquer meio, retardar ou dificultar seu recebimento será considerada causa de rescisão contratual, com aplicação de penalidades previstas na Lei e no contrato firmado.
- 5.5.** O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses consecutivos**, a contar da data da assinatura do contrato.
- 5.5.1.** Para a definição do prazo de vigência do futuro contrato, considerou-se a necessidade de contemplar todas as etapas da execução contratual, desde as providências preliminares para início dos serviços, passando pela execução da obra, até a formalização dos recebimentos provisório e definitivo. A Tabela 2 apresenta a composição desses prazos, parciais e acumulados, adotados como de referência para o planejamento e acompanhamento do contrato.

Ação	Prazo	
	Parcial	Acumulado
Prazo para providências anteriores à autorização de início da execução contratual	Até 30 dias	30 dias
Prazo para a empresa iniciar os serviços após receber a Ordem de Serviços	Até 30 dias	60 dias
Prazo para a execução da obra	Até 30 dias	90 dias
Prazo para emissão do Termo de Recebimento Provisório	Até 30 dias	120 dias
Prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo	Até 90 dias	210 dias

Tabela 2 - Composição de prazos para a execução contratual

- 5.6.** Considerando que o prazo acumulado de referência é inferior a 12 (doze) meses, adota-se, por padronização administrativa e segurança jurídica, vigência contratual de 12 (doze) meses, suficiente para abarcar a emissão da ordem de

serviço, o início da execução, a execução da obra e os recebimentos provisório e definitivo.

- 5.7.** Considerando tratar-se de contrato por escopo, cuja extinção somente se opera com a conclusão do objeto e o respectivo recebimento, o prazo de vigência poderá ser prorrogado, na forma da lei, quando o objeto não for concluído no período inicialmente pactuado, observados os pressupostos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.8.** A prorrogação, no entanto, deverá ser precedida de requerimento devidamente fundamentado, com análise técnica da fiscalização, no qual constem, de forma clara e objetiva: (a) a indicação expressa do novo prazo necessário à conclusão do objeto; (b) a exposição circunstanciada das causas que impediram a conclusão no período originalmente pactuado; e (c) a análise quanto à responsabilidade pelo atraso.
- 5.9.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser formalmente registradas por simples apostila, nos termos do art. 115, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.10. Do local de execução da obra**
- 5.10.1.** Os serviços serão executados no **Centro Cultural Basileu França**, localizado na Avenida Goiás, nº 1433, Centro, no Município de Jataí/GO, conforme indicado nos projetos, memorial descritivo e demais documentos técnicos integrantes do processo.
- 5.10.2.** Para fins de correta identificação do local da intervenção, adotam-se as seguintes coordenadas geográficas, extraídas dos documentos técnicos vinculados ao CREA-GO, no sistema geodésico SIRGAS 2000, conforme Quadro 1 abaixo:

Endereço	Coordenadas geográficas aproximadas	
	Latitude	Longitude
Avenida Goiás, Nº 1433 – Centro	17°53'20,57"S	51°42'57,50"O

Quadro 1 - Local de execução da obra

5.11. Do horário de execução dos serviços

- 5.11.1.** Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h e, aos sábados, das 8h às 12h.
- 5.11.2.** Nos casos em que houver necessidade, seja por fatores técnicos, logísticos e operacionais, a **contratada** poderá executar os serviços em fins de semana, jornadas noturnas, feriados, desde que autorizadas e acordadas com o setor de fiscalização e/ou responsável pela unidade, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

6. DA CONTRATAÇÃO

- 6.1.** Para a execução dos serviços do presente projeto básico será adotada a execução indireta, por meio da contratação de empresa especializada do ramo, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 2021, pela modalidade **concorrência**, com critério de julgamento de **menor preço** e com regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, justificando-se pela natureza dos serviços de reforma em edificação existente, os quais envolvem intervenções sujeitas a variações quantitativas decorrentes de condições reais verificadas em campo, especialmente em serviços de demolição, recuperação de estruturas, substituição de elementos construtivos, adequações técnicas e correções de patologias construtivas, permitindo maior precisão na medição dos serviços efetivamente executados e mitigando riscos de sobrepreço ou pagamento por serviços não

realizados, conforme as considerações apresentadas no **Estudo Técnico Preliminar (E.T.P)**.

- 6.2.** A **contratada** somente poderá subcontratar a execução de partes do contrato a terceiros, mediante autorização prévia da **contratante**, sem nenhum prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, conforme art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.3.** Todas as informações detalhadas dos serviços citados acima estão contidas nos autos do processo licitatório.

7. APRESENTAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S)

- 7.1.** A(s) proposta(s) de preço(s) deverá(ão) contemplar os seguintes documentos:
- 7.1.1.** **Carta proposta**, com os dados da empresa, descrição do objeto da licitação, o valor total de sua proposta em numeral e por extenso, contendo ainda prazo de validade, local e data, bem como a assinatura do respectivo representante legal;
- 7.1.2.** **Planilha orçamentária**, agrupada por etapas de serviços, contendo nº do item, descrição do serviço, quantidade (obrigatoriamente igual à planilha da Administração), preço unitário e preço total, conforme Planilha Orçamentária da Administração, **com todos os valores truncados a duas casas decimais**;
- 7.1.3.** **Cronograma físico-financeiro**, baseado no prazo máximo estipulado pela Administração e seus desembolsos mensais;
- 7.1.4.** **Composição de BDI**, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo fornecido. Ressalta-se que as alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária a qual a empresa é optante;

- 7.2.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.3.** A licitação será realizada em item único, sendo apurado o valor da proposta por meio da tabela denominada Planilha Orçamentária, que deverá ser disponibilizada em formato .xlsx ou outro formato editável previsto no Edital, devendo o licitante oferecer proposta na forma indicada.
- 7.4.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 7.5.** Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) após a fase de lances:
- 7.5.1.** propostas que ultrapassem os preços unitários e o valor global estimados no presente Projeto Básico;
- 7.5.2.** propostas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada;
- 7.5.3.** propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado, conforme valor total previsto, em que dada a oportunidade, a licitante não consiga comprovar a perfeita exequibilidade da proposta;
- 7.5.4.** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Projeto;
- 7.5.5.** formulada por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório;
- 7.5.6.** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital; e
- 7.5.7.** contiverem vícios insanáveis.
- 7.6.** Estarão disponíveis na página oficial eletrônica do Município (www.jatai.go.gov.br) os arquivos digitais contendo o conjunto de projetos de engenharia e arquitetura, bem como especificações técnicas e planilhas para o objeto desta licitação.

- 7.7.** Será exigida a garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela administração, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 7.8.** As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.
- 7.9.** **O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, prorrogável, a pedido da Administração.
- 7.10.** Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.
- 7.11.** As licitantes deverão considerar, para formulação de suas propostas, a análise prévia e minuciosa de todos os documentos técnicos disponibilizados pela Administração, inclusive projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro. Eventuais dúvidas, inconsistências ou insuficiências percebidas deverão ser objeto de pedido de esclarecimento ou impugnação, nos prazos legais. Eventuais alterações contratuais supervenientes somente serão admitidas nas hipóteses legalmente cabíveis, devidamente justificadas e formalizadas, não se prestando a suprir erro imputável ao licitante na formulação de sua proposta.
- 8. DA VISTORIA**
- 8.1.** Antes de preparar a sua proposta de preços, a licitante poderá vistoriar os locais informados e tomar conhecimento dos serviços que englobam a presente contratação.

- 8.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no 1º dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 8.3.** A vistoria poderá ser realizada de segunda à sexta-feira, das 13h às 17h, **devendo ser previamente agendada** com a Equipe Técnica da Secretaria de Obras pelo telefone **(64) 3605-2975**, pelo e-mail engenharia.obras@jatai.go.gov.br ou diretamente na Superintendência de Engenharia da SMOPU, na Rua Itarumã, nº 355, Setor Santa Maria, Jataí – GO.
- 8.4.** Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 8.4.1.** O licitante, ou o seu representante, poderá estar acompanhado de especialistas que possuem conhecimento técnico para colher as informações necessárias à elaboração de sua proposta, devendo, não obstante, estarem munidos a apresentar os mesmos documentos exigidos no item 8.4.
- 8.5.** A citada vistoria será acompanhada por um membro da Equipe Técnica da SMOPU e ao final será emitido ao licitante o “atestado de vistoria”, o qual deverá ser entregue na fase de habilitação da licitação.
- 8.6.** O licitante examinará as áreas e tomará ciência das características e peculiaridades da obra, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.
- 8.7.** **Caso o licitante opte por não realizar a vistoria in loco, na fase de habilitação da licitação deverá apresentar “Declaração” formal, assinada pelo responsável técnico ou representante do licitante, afirmando que conhece as condições locais para execução do objeto e as peculiaridades inerentes à natureza do trabalho.** Além disso, nesse documento deve assumir total responsabilidade pela

não realização da vistoria técnica e declarar que não utilizará dessa condição para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

- 8.8.** Independentemente de realizar ou não a vistoria prévia, alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais, de projetos ou de amostras porventura disponibilizadas, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras ou para reivindicar qualquer benefício de forma a desobrigar a execução do objeto.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Da habilitação jurídica

- 9.1.1.** Conforme termos e documentação listados no Edital.

9.2. Da qualificação técnica

- 9.2.1.** Para fins de verificação dos atestados, **serão observadas as datas de aberturas da ART ou RRT, data de emissão da CAT, prazos de execução**, entre outros.
- 9.2.2.** Em casos de dúvidas, a Administração poderá solicitar à licitante cópia do contrato, cópia da ART/RRT, e/ou originais, para fins de esclarecimentos.
- 9.2.3.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora. Toda a documentação será avaliada rigorosamente pelo corpo técnico do Município.
- 9.2.4.** Em qualquer hipótese de subcontratação, o **contratante** solicitará documentação complementar (contratos, atestados, etc.) a respeito da qualificação técnica de eventual subcontratada, com a finalidade de resguardar a boa execução do

contrato. Demais exigências e procedimentos referentes à subcontratação estão dispostas no tópico 15 deste projeto básico.

9.2.5. Os atestados solicitados visam qualificar o procedimento e resguardar o Município com a participação de empresas que possuam infraestrutura adequada em razão das características dos trabalhos.

9.2.6. Apresentação do Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) expedida pelo referido Conselho da região da sede da empresa, que deve apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.

9.2.7. Da qualificação técnico-operacional

9.2.7.1. A licitante deverá comprovar ter executado, a qualquer tempo, obra ou serviço de edificação predial, com características semelhantes e com complexidade equivalente ou superior ao do objeto desta licitação, através de certidões e/ou atestados, em nome do próprio licitante (empresa), como contratada principal, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, compreendendo os itens e quantidades contidas na Tabela 3, a seguir:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Mín.
01	Telha Termoacústica – Fornecimento e Instalação	m²	289,65
02	Forro modular em placas de EPS (isopor autoextinguível) – fornecimento e instalação	m²	102,03

Tabela 3 - Quantidade mínima para comprovação de execução

9.2.7.2. Critério de definição das parcelas: os itens listados acima estão classificados como de valor significativo para a execução da obra, estando acima dos 4% do valor total da contratação, conforme previsão estatuída no Art. 67, §1º, da Lei Federal

nº 14.133, de 2021, sendo de fato os itens de maior impacto na obra, que exigirá da contratada mobilização adequada para seu cumprimento.

9.2.7.3. Os quantitativos exigidos estão de acordo com o disposto no art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021 que limita a exigência de quantitativos até 50% do total de cada parcela.

9.2.7.4. Os atestados deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e, quando cabível, estar acompanhados do respectivo registro no conselho profissional competente, devendo ser apresentados em papel timbrado, com identificação e endereço da emitente, nome completo do signatário e demais informações sujeitas à verificação de veracidade pelo Município. Além disso, deverão ter as seguintes informações:

- a) Descrição das características técnicas das obras ou serviços;
- b) Atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato;
- c) Firmado por representante legal do contratante;
- d) Indique sua data de emissão;
- e) Mencione o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT).

9.2.8. Da qualificação técnico-profissional

9.2.8.1. A licitante deverá apresentar o **registro ou inscrição do(s) responsável(eis)** técnico(s) indicado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), conforme legislação profissional dos respectivos conselhos vigente;

9.2.8.2. Apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional**, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, acompanhado(s) do respectivo acervo técnico emitido pelo conselho de origem,

em conformidade com a legislação profissional aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), suficientes para a comprovação do acompanhamento e/ou execução de serviços com características semelhantes, compatíveis com o objeto desta licitação e com o conselho profissional de origem. O(s) Atestados devem conter, no mínimo, as informações do objeto do contrato, nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela(s) obra/serviços, quantificação principal, local, data de emissão do atestado, período de execução, além do nome e assinatura do signatário, contemplando os serviços contidos no Quadro 2, conforme ilustrado a seguir:

Item	Descrição do serviço	Profissional
01	Telha Termoacústica – Fornecimento e Instalação	Engenheiro Civil ou profissional devidamente habilitado pelo conselho profissional competente.
02	Forro modular em placas de EPS (isopor autoextinguível) – fornecimento e instalação	

Quadro 2 - Serviço para comprovação de qualificação técnico operacional e profissional

9.2.8.3. Comprovar a qualificação do(s) profissional(is) de nível superior ou técnico, devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica, dispostos no Quadro 2, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente do licitante, conforme disposto abaixo:

9.2.8.3.1. Profissional Engenheiro Civil ou profissional de ensino superior ou técnico devidamente habilitado pelo conselho profissional competente, detentor do(s) Acervo(s) ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica pela execução do serviço referente aos itens do Quadro 2, emitido(s) pelo seu respectivo conselho de origem;

- 9.2.8.3.2.** A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:
- a) Carteira de Trabalho;
 - b) Certidão do CREA;
 - c) Certidão do CAU;
 - d) Contrato Social;
 - e) Contrato de prestação de serviços;
 - f) Contrato de Trabalho registrado na DRT; e
 - g) Termo, por meio do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a adjudicado.
- 9.2.8.4.** Nos casos em que a licitante não possuir em seu quadro permanente o(s) profissional(is) exigido(s) no Quadro 2, a Licitante deverá apresentar a Declaração de Compromisso de Contratação Futura referente ao(s) profissional(is) – Engenheiro Civil ou profissional com habilitação técnica equivalente.
- 9.2.8.5.** A referida Declaração deverá conter a indicação (nome do profissional, nº CREA e/ou CAU) a ser contratado, bem como deverá conter a anuência do mesmo (assinatura). Nos casos de apresentação de Compromisso de Contratação Futura será exigido da licitante, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação de efetivação de vínculo do profissional devidamente registrado junto ao seu respectivo conselho.
- 9.2.8.6.** O(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação.



- 9.2.8.7.** Deverá ser apresentado, no mínimo, um acervo técnico do(s) profissional(is), devidamente acervado(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, conforme conselho de origem, com a comprovação da execução dos serviços de forma clara e legível.
- 9.2.8.8.** Apresentar a(s) Certidão(ões) de Registro de Pessoa Física com a regularidade do(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade, conforme segue:
- a) Declaração formal da licitante**, indicando o responsável técnico – Engenheiro Civil - para execução e acompanhamento dos serviços.
 - b) Declaração formal da licitante**, a qual o responsável técnico pelo objeto da licitação **deverá** ser o mesmo da comprovação de atestado técnico-profissional.
 - c) Declaração de vistoria** informando que realizou vistoria(s) no(s) local(is) de prestação de serviços ou **declaração informando que assume os riscos da não realização dessa faculdade**, conforme já disposto no item 8.7.
 - d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e egressos do sistema prisional (conforme disposto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**).
 - e) Declaração Formal informando a disponibilidade de máquinas/ferramentas**, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação.
 - f) Relação dos compromissos assumidos** pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico relativo aos profissionais constantes dos documentos de comprovação da capacidade técnico-profissional da **contratada**, bem como do pessoal técnico, das instalações e do

aparelhamento indicados para a realização do objeto da licitação, bem como de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.2.** O contrato será regido pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 10.3.** A Contratada terá dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:
- 10.3.1.** Ser responsável pela execução de todos os serviços contidos no memorial descritivo, em conjunto com a planilha orçamentária, em cumprimento aos termos deste Projeto Básico;
- 10.3.2.** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto da contratação, tais como: materiais, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, e quaisquer outras pertinentes ao bom desempenho da execução dos serviços, isentando o Contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- 10.3.3.** A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;
- 10.3.4.** A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem

vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, dentro do prazo de vigência contratual;

- 10.3.5.** Cumprir todas as obrigações, principalmente no que compete ao cumprimento do prazo de execução dos serviços e cronograma estabelecido neste Projeto Básico;
- 10.3.6.** Submeter à aprovação da Secretaria de Obras e Planejamento, antes do início dos trabalhos, a relação nominal indicada junto com a habilitação técnica de seu corpo técnico envolvido com a execução dos serviços;
- 10.3.7.** Cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, e diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação ocorrerá por conta da Contratada, mantendo-se inalterados os prazos contratuais;
- 10.3.8.** Responsabilizar-se pela exatidão dos serviços, inclusive em eventuais trabalhos subcontratados, obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados pelo Contratante, todos os erros, vícios e falhas comprovadas, mesmo após a execução dos serviços;
- 10.3.9.** **Providenciar o registro da ART de execução da obra/ serviço de engenharia junto ao CREA, bem como regularização da obra/ serviço de engenharia junto a outros órgãos competentes** (Prefeitura, Receita Federal, INSS, etc.), entregando uma cópia à Fiscalização, para fins de registro e comprovação das condições estabelecidas. Nesse caso, a **contratada** deverá apresentar a ART ou RRT da obra/serviços, objetos do contrato, no prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela SMOPU;

- 10.3.10.** Submeter à Fiscalização, sempre que solicitado, as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;
- 10.3.11.** Obedecer a todas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes a execução de obras/ serviço de engenharia, sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, entre outras;
- 10.3.12.** Após recebimento provisório da obra, e até o seu recebimento definitivo, a Contratada deverá se responsabilizar por sanar todas as imperfeições detectadas pela Fiscalização;
- 10.3.13.** Responder, sempre que solicitado ou exigido pelo órgão ambiental local ou pela Fiscalização Municipal, devendo prestar informações completas sobre a caracterização dos resíduos produzidos na realização dos trabalhos, transporte e disposição final; e
- 10.3.14.** A Contratada não poderá contratar parentes (até o terceiro grau) de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato. Não poderão, também, participar da execução do objeto do certame as pessoas descritas no art. 9º da Lei Federal 14.133, de 2021.
- 10.3.15.** A contratada deverá observar, durante a execução contratual, as reservas legais de vagas e demais exigências de inclusão social e laboral eventualmente aplicáveis, nos termos da legislação específica e desde que presentes os respectivos pressupostos legais e regulamentares.
- 10.3.16.** A contratada fornecerá todos os materiais necessários à execução eficiente dos serviços descritos neste projeto básico. Os materiais utilizados deverão ser aptos, novos (sem uso) e originais (quando for o caso). Na hipótese da substituição de qualquer material fornecido pela Contratada, por motivo de imperfeição, o mesmo deverá ser repostado, sem ônus para o Município.

- 10.3.17.** Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender aos padrões especificados e às normas da ABNT.
- 10.3.18.** Inscrever a Obra no **Cadastro Nacional de Obras – CNO** da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades (devendo ocorrer antes da 1ª medição), em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de dezembro de 2021, ou declarar sua dispensabilidade na forma da lei, se for o caso.
- 10.3.19.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até **25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**, conf. previsão do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.3.20.** Sem prejuízo do disposto no item anterior, as partes poderão promover alterações contratuais com acréscimos ou supressões em percentuais superiores aos limites ali previstos, como corolário da interpretação sistemática do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, **desde que tais alterações decorram de acordo formal entre a Administração e o contratado**, *observado, cumulativamente, que:*
- a) a alteração seja devidamente justificada sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, com demonstração clara da necessidade superveniente;
 - b) reste comprovado que a modificação atende ao interesse público, apresentando-se como a solução mais vantajosa à Administração em comparação com alternativas como rescisão e nova contratação;
 - c) a alteração não desnature o objeto originalmente contratado, preservando sua finalidade, natureza e identidade essencial;
 - d) sejam mantidas as condições de habilitação do contratado e a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado;

e) haja manifestação expressa da autoridade competente, precedida de análise técnica e jurídica, com a devida motivação administrativa.

As alterações consensuais previstas neste item devem ser formalizadas por meio de **termo aditivo específico**, observados os princípios da legalidade, motivação, economicidade, eficiência e transparência.

- 10.3.21.** Executar, caso necessário, junto a Prefeitura e demais órgãos competentes os procedimentos legais relacionados ao licenciamento da obra/ serviços, efetuando o pagamento de todas as taxas e emolumentos referente ao objeto desta contratação, posteriormente, apresentar cópia ou via original para o **contratante**.
- 10.3.22.** Retirar até 15 (quinze) dias após o recebimento dos serviços e obras, todo pessoal, máquinas, equipamentos, materiais e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro de obra limpas e livres de entulhos e detritos de qualquer natureza.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1.** O Contratante terá, dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:
- 11.1.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da **Contratada**;
- 11.1.2.** Fornecer toda a documentação técnica (projetos, especificações e outros), necessária para a execução dos serviços;
- 11.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, em conformidade com as condições e termos definidos neste Projeto Básico e anexos;
- 11.1.4.** O Município de Jataí terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, ressalvados os requerimentos manifestamente

impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

- 11.1.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Secretaria de Obras, especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 11.1.6.** Realizar medições periódicas mensais (ou outro período acordado) e atestar, por meio do representante designado (fiscal) as Notas Fiscais emitidas pelo Contratante, após verificação da efetiva execução dos serviços;
- 11.1.7.** Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações contidas neste Projeto Básico e seus Anexos;
- 11.1.8.** Dar prosseguimento aos procedimentos internos visando à aplicação de penalidades previstas em Contrato, bem como efetuar notificações/advertência, quando necessário;
- 11.1.9.** Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada no local de execução da obra/ serviços;
- 11.1.10.** Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas pela **contratada** todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 11.1.11.** Inspecionar todos os materiais utilizados pela **contratada** para execução da obra/ serviços;
- 11.1.12.** Apresentar, sempre que solicitado pela **contratada**, detalhes e/ou especificações adicionais que porventura se fizerem necessários;
- 11.1.13.** Verificada a ocorrência de alteração do cronograma da obra/serviços, conforme o disposto no § 5º do art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, por mais de 01 (um) mês, a Administração deverá divulgar, no site eletrônico oficial e em placa a ser

afixada em local da obra/ serviço, o aviso público de obra paralisada, o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

12. DAS MEDIÇÕES

- 12.1.** As medições dos serviços serão realizadas, pela **fiscalização**, mediante solicitação expressa da **contratada**, que deverá dar entrada formalmente no pedido ao Órgão.
- 12.2.** As medições deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias corridos (ou outro período a ser combinado entre as partes), a partir da Ordem de Início dos Serviços.
- 12.3.** A **contratada** apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, instruída com os seguintes elementos:
- a)** relatório escrito e fotográfico;
 - b)** cronograma refletindo o andamento da obra/ serviço; e
 - c)** as medições serão registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como memórias de cálculo, desenhos, catálogos (quando for o caso) etc.
- 12.3.1.** Somente poderão ser considerados para efeito de medição os serviços efetivamente executados pela **contratada** e aprovados pela **fiscalização**, respeitadas as especificações do Projeto Básico e seus anexos, bem como das normas técnicas aplicáveis.
- 12.4.** Sob pena de não realização, a **contratada** deverá apresentar regularmente as medições no fechamento do período correspondente a execução dos serviços, no máximo até o segundo dia útil subsequente a essa data.

- 12.4.1.** Caso contrário, se não houver justificativa para o atraso na apresentação da medição, poderá a **fiscalização** optar por não receber a medição atrasada e recebê-la apenas junto da próxima medição subsequente na próxima data prevista para medição.
- 12.4.2.** Casos fortuitos ou de força maior que ensejem a realização de medições em discordância com o planejamento da obra aprovado deverão ser devidamente justificados.
- 12.5.** A **contratante** terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da apresentação da planilha de medição pela **contratada**, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.
- 12.6.** A aprovação da planilha de medição apresentada pela **contratada** não a exime de quaisquer responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 12.7.** As medições serão acompanhadas por representantes do **contratante e da contratada**, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante do **contratante**.
- 12.8.** As medições serão realizadas em conformidade com a quantidade de serviços executados pela **contratada**, **em conformidade com o regime de execução de empreitada por preço unitário**, podendo ser total ou parcial, diante das averiguações constatadas “in loco” pelo fiscal/responsável técnico da Secretaria de Obras;
- 12.8.1.** A “Administração Local da Obra” será medida em percentual proporcionalmente aproximado à evolução financeira dos serviços de execução da obra/ serviço de engenharia;

12.9. Após constatação do valor total ou parcial pela **fiscalização**, a **contratada** poderá emitir a nota fiscal correspondente à medição e enviar ao setor de fiscalização, acompanhada dos comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais e fiscais, para fins de “atesto” e envio aos demais setores competentes.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro apresentado, a **contratada** solicitará à Secretaria de Obras e Planejamento a realização da “medição” dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela Fiscalização, a **contratada** apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa pelo Município, mediante ordem bancária.

13.2. As notas fiscais e demais documentos deverão ser entregues no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Itarumã, nº 355, Setor Santa Maria – Jataí-GO, na Secretaria de Obras e Planejamento Urbano.

13.3. O pagamento será efetuado pelo **contratante**, em moeda corrente nacional, e somente será realizado após “atesto” do representante do Município na Nota Fiscal apresentada pela Contratada, o qual somente ocorrerá caso tenha sido comprovado o cumprimento das demais obrigações, inclusive quanto à regularidade fiscal.

13.3.1. Em caso de irregularidade fiscal, a Prefeitura notificará a empresa contratada para que sejam sanadas as pendências no **prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, caso solicitado formalmente pela contratada**. Findado este prazo sem que haja a regularização por parte da empresa vencedora ou a apresentação de defesa aceita por esta Prefeitura, estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do Edital. Além disso, o Contrato e/ou outro documento equivalente estará passível de rescisão e a

adjudicatária sujeita às sanções administrativas previstas no Edital, no Projeto Básico e no contrato.

- 13.3.2.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo de que trata o item anterior, passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 13.3.3.** A devolução da fatura não aprovada para pagamento por esta Prefeitura não servirá de motivo para que a **contratada** suspenda total ou parcialmente a prestação de serviços ou deixe de arcar com suas obrigações junto aos seus funcionários.
- 13.4.** O prazo de pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor designado para este fim, e depois de satisfeitas todas as condições previstas no Edital.
- 13.5.** Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da **contratada**, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, em conformidade com o previsto no Edital ou Contrato.
- 13.6.** O **contratante** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido prevista no ato convocatório, logo, estará eximida de quaisquer ônus, direitos ou obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias.
- 13.7.** Para fins de pagamento, anexos à nota fiscal/fatura, deverão ser entregues certificados de regularidade fiscal, regularidade perante o INSS e FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas, **acompanhada da folha de pagamento dos empregados individualizada, guia do FGTS, acompanhada da relação empregado x tomador – GFIP/SEFIP, com o recibo de pagamento do mesmo, além de outros documentos exigíveis para fins de fiscalização trabalhista do contratado;**

- 13.7.1.** Será exigida também a documentação de regularidade de eventuais subcontratadas.
- 13.8.** Constatada a conformidade dos serviços prestados com as especificações e quantidades previstas no instrumento convocatório e proposta apresentada, o Fiscal do Contrato atestará o recebimento mediante assinatura na respectiva Nota Fiscal/Fatura.
- 13.9.** **A Prefeitura Municipal de Jataí** poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela **contratada**, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
- a)** Descumprimento de obrigação relacionada ao objeto contratado;
 - b)** Não cumprimento das obrigações acessórias, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a contratada atenda à cláusula infringida;
 - c)** Obrigações da contratada com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar a Administração.
- 13.10.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
- 13.11.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa — como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência — o pagamento ficará sobrestado até que a **contratada** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **contratante**.
- 13.12.** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

14. DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 14.1.** Nos termos expostos no Estudo Técnico Preliminar deste objeto, **não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio para a presente licitação.**

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1.** Poderão ser subcontratadas parcelas do objeto cuja execução demande especialização técnica específica ou que, por prática usual de mercado, sejam normalmente executadas por empresas especializadas, **limitadas a 35% (trinta e cinco por cento)** do valor contratual, salvo justificativa técnica superveniente aceita pela Administração.
- 15.2.** Não caracteriza a subcontratação de serviços a instalação, aplicação ou montagem de materiais, equipamentos ou aparelhos cuja aquisição pressuponha a execução dos trabalhos pelo fornecedor (vidros, marcenaria, serralharia, entre outros).
- 15.3.** A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 15.4.** Sempre que for exigível, a empresa **contratada** deverá apresentar à Administração a capacidade técnica do subcontratado, considerando as condições previstas no edital.
- 15.5.** Não será admitida a subcontratação exclusiva de mão-de-obra.
- 15.6.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista com dirigente do órgão ou entidade do Município ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha

reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme determinação do § 3º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 15.7.** As empresas subcontratadas, no que concerne aos seus empregados alocados na obra ou no local de execução dos serviços, estarão sujeitas às mesmas regras e exigências aplicáveis à Contratada, incumbindo a esta última todas as providências no sentido do seu cumprimento.
- 15.8.** No caso de serviços cuja execução requeira notória especialização técnica, assim entendidos aqueles em que a executante deve preencher condições específicas – legais, técnicas ou profissionais, se exigível pelo contratante, a empresa licitante deverá apresentar a qualificação técnica da empresa subcontratada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.8.1. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica subcontratada no CREA –** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, dentro do seu prazo de validade, da qual constem seus responsáveis técnicos, respeitadas as competências exigidas para os serviços subcontratados; e
- 15.8.2. Demonstração da capacidade técnica,** através da apresentação de atestado(s), que comprove(m) ter a subcontratada executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou, ainda, para empresas privadas, serviços técnicos especializados assemelhados àqueles, objeto da subcontratação. Não serão aceitos atestados emitidos pela **contratada** ou pela própria subcontratada, a seu favor.
- 15.9.** As empresas subcontratadas para fornecimento/installação de equipamentos deverão ser obrigatoriamente a fabricante dos equipamentos ou assistência técnica autorizada pelo fabricante.

- 16. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**
- 16.1.** Os serviços deverão ser acompanhados por servidores designados pela Secretaria de Obras, aos quais competirá a **gestão e fiscalização** dos mesmos.
- 16.2.** As atribuições do **gestor de contrato** serão conforme Portaria específica ou por norma que vier a substituí-la.
- 16.3.** As atribuições do gestor e do(s) fiscal(is) do contrato observarão a legislação vigente, os regulamentos municipais aplicáveis e o ato formal de designação, sem prejuízo das competências previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 16.4.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 16.5.** A fiscalização técnica e administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da **contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do **contratante** ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto no art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 16.6.** A **contratante** poderá determinar a paralisação da obra/serviço, por motivo de relevante ordem técnica e de segurança ou, ainda, no caso de inobservância e/ou desobediência a suas determinações, cabendo à **contratada**, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes.
- 16.7.** Qualquer erro ou imperícia na execução, constatado pela **contratante** obrigará à **contratada**, a sua conta e risco, a corrigir ou reconstruir a parte impugnada do serviço, sem prejuízo de ação regressiva contra quem lhe tiver dado causa.
- 16.8.** A **contratante** poderá rejeitar métodos e serviços ou exigir a retirada do local da obra, de operário, funcionário, engenheiro, mestre de obra, etc. que não esteja

exercendo suas tarefas ou não se comportando a contento, cabendo a **contratada** substituí-lo dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação que lhe for feita, ou refazer os serviços impugnados, correndo por sua conta todas as despesas.

- 16.9.** A **contratada** declara conhecer nos seus expressos termos, que essa fiscalização é meramente supletiva e relacionada com a execução do presente Contrato, não implicando em exoneração da responsabilidade da mesma em solidariedade perante terceiros. Os serviços impugnados pela fiscalização da **contratante**, no que concerne a sua execução ou à qualidade dos materiais fora do especificado, não poderão ser faturados ou, se o forem, deverão ser glosados nas faturas correspondentes.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1.** As infrações administrativas e as respectivas sanções observarão o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, especialmente nos arts. 155 a 163, sem prejuízo das disposições complementares previstas no Edital e na Minuta Contratual.

18. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E DA SUSTENTABILIDADE

- 18.1.** Para contratação do objeto a empresa vencedora deverá observar as normas ambientais existentes no ordenamento pátrio, estando compreendidas as normas locais e federais, como o Código Florestal Brasileiro, a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e observar as exigências contidas na Resolução Conama Nº 307, de 5 de julho de 2002, não se limitando apenas às leis mencionadas.

- 18.2.** A empresa contratada deverá efetuar a destinação dos resíduos sólidos em conformidade com as resoluções vigentes do CONAMA, bem como do plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de Jataí, nos termos da Lei Municipal nº 3.085, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela Lei Municipal nº 4.544, de 14 de abril de 2023).
- 18.3.** Os serviços prestados pela **contratada** deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela **contratante**.
- 18.4.** A qualquer tempo o **contratante** poderá solicitar à **contratada** a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.
- 18.5.** Consta do bojo do projeto a **Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental nº 461/2025**, válida até 28/07/2028, emitida pelo **Secretário Municipal de Meio Ambiente de Jataí**, o qual entendeu dispensável o licenciamento para o caso em tela. Frisa, porém, que ocorrendo quaisquer alterações no tipo de serviço ou nas instalações, deverá ser requerida nova avaliação, o que deverá ser providenciado pelo contratado, com apoio do fiscal do contrato.
- 18.6.** Os materiais básicos empregados pela **contratada** deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo.

19. DA ACESSIBILIDADE E ATRIBUIÇÕES DIVERSAS

19.1. Em acordo com o inciso VI do art. 45 da Lei nº 14.133, de 2021, os projetos contemplam os principais requisitos e exigências das leis e normas técnicas de acessibilidade, como autonomia, conforto e segurança. Tais parâmetros de acessibilidade estão previstos no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, na Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

19.2. Caberá ao licitante vencedor a instalação de todos os equipamentos, acessórios, componentes ou outros materiais a serem feitos por técnico especializado, bem como:

- a) Executar, com o emprego de mão-de-obra apropriada, fornecendo material adequado e utilizando os equipamentos mais indicados, todas as obras e serviços de engenharia listados na Planilha de Serviços e Preços da licitação, em conformidade com os projetos básicos e executivos;
- b) Os preços unitários da **contratada** deverão corresponder a serviços prontos, considerando incluídas todas e quaisquer despesas diretas e indiretas sobre eles incidentes;
- c) Emprego de mão-de-obra apropriada, especializada ou não;
- d) Fornecimento dos materiais especificados, e perdas de qualquer natureza;
- e) Utilização de todas as ferramentas e equipamentos apropriados, necessários à execução dos serviços;
- f) Preparo dos locais de trabalho, incluindo montagem e retirada de andaimes e escoramentos, quando for o caso;
- g) Desobstrução, acertos, arremates ou reparos antes ou depois da execução do serviço;
- h) Movimentação e transportes internos dentro da obra;

- i) Suprimento de água e energia elétrica, qualquer que seja a utilização ou o local;
- j) Iluminação das áreas de trabalho;
- k) Impostos e encargos sociais trabalhistas em geral;
- l) Despesas referentes às importações de materiais e equipamentos;
- m) É de responsabilidade da **contratada** fazer rigoroso exame das condições locais de trabalho, para estimar eventuais custos adicionais, os quais deverão ser considerados nos seus preços.

19.3. Ao término da execução contratual, caberá à contratada retirar, sem ônus adicional para a Administração, os equipamentos, materiais, instalações provisórias e demais elementos sob sua responsabilidade, promovendo a adequada limpeza do local e assegurando a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, materiais removidos e itens inservíveis, nos termos da legislação aplicável.

20. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

20.1. Sempre que a fiscalização entender necessário, poderá ser exigida da contratada a apresentação de relatório técnico detalhado dos serviços executados, para fins de registro, memória técnica, acompanhamento da garantia e instrução do recebimento do objeto.

20.2. A **contratada** se responsabilizará pelo prazo legal de garantia de 05 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho realizado, conforme art. 618 do Código Civil e o art. 12 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) contado da data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo - TRD**.

- 20.3.** As medidas corretivas pertinentes às solicitações de cumprimento de garantia deverão ser providenciadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da solicitação, salvo quando se tratar de situações emergenciais, que coloquem em risco a integridade física das pessoas, quando as providências deverão ser adotadas no prazo de 24 horas da solicitação.

21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 21.1.** A contratada deverá prestar garantia, por meio de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme disposto no art. 96 c/c art. 98 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 21.2.** A Garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **contratada**, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento.
- 21.3.** A apólice deverá obedecer às seguintes regras:
- 21.3.1.** o prazo de vigência deverá ser igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato e acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora; e
- 21.3.2.** a garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 21.4.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.
- 21.5.** O **contratante** restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento.

- 21.6.** Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.
- 21.7.** **Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração,** equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme previsão do § 5º do Art. 59 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 22. DO RECEBIMENTO DA OBRA**
- 22.1.** Após concluída, a obra será recebida pela Fiscalização, em estreita conformidade com as condições estabelecidas neste projeto básico. A Contratada deverá requerer a realização de **vistoria para fins de recebimento provisório.**
- 22.2.** O requerimento da vistoria deverá ser feito dentro do prazo contratual, sob pena de caracterizar mora na prestação dos serviços, sujeita às penalidades previstas em contrato.
- 22.3.** A vistoria será efetuada pela Fiscalização no prazo de **até 30 (trinta) dias do seu requerimento.** Tendo por concluída a obra, a Fiscalização emitirá, naquela data, o **Termo de Recebimento Provisório - TRP da obra,** circunstanciado e assinado pelas partes.
- 22.4.** Sendo constatada na **vistoria** a não conclusão integral da obra, volta-se a fluir o prazo legal para a conclusão dos serviços ou, caso findo o prazo, poderá incidir mora na prestação.
- 22.5.** O recebimento definitivo da obra se fará por servidor ou comissão designados pela Administração, mediante termo circunstanciado (Termo de Recebimento

Definitivo da obra), no prazo de **até 90 (noventa) dias**, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após satisfeitas as seguintes condições:

- 22.5.1.** Vistoria que comprove a ausência de vícios na execução da obra, a ser efetuada no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório da obra;
- 22.5.2.** Entrega, pela Contratada, dos documentos emitidos por terceiros, como: Certidão Negativa de Débitos Previdenciários da obra - CND, emitida pela Receita Federal, aprovação dos órgãos competentes (se for o caso).
- 22.6.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 22.7.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo **prazo mínimo de 05 (cinco) anos**, admitida a previsão de prazo de garantia superior estabelecido em normas técnicas brasileiras vigentes, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.
- 22.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1.** Este projeto deverá ser interpretado em consonância com os demais documentos técnicos componentes do Edital, como Memorial Descritivo, Estudo Técnico Preliminar, Planilha Orçamentária, Memoriais Descritivos e outros correlatos.

Eventuais divergências entre este caderno e os demais documentos componentes do Edital poderão ser sanados pela própria Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano ou pela Comissão de Contratação, sempre por meio de formalização prévia (e-mail, correspondência direta etc.).

- 23.2.** A Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Instrução Normativa TCM/GO nº 0009, de 2023, e os regulamentos municipais aplicáveis deverão ser observados para o suprimento de eventuais lacunas e para a adequada interpretação dos documentos da contratação, competindo tanto à Administração quanto aos particulares o fiel cumprimento das normas incidentes, vedada a alegação de desconhecimento.

Jataí, 24 de março de 2026.

Responsável técnica:

MAURICE TOMAZINI

Diretora de Projeto de Engenharia
Eng. Civil - CREA 1023177064/D-GO